



## POLÍTICAS AJUSTADAS ÀS NOVAS PRIORIDADES EMERGENTES:

### Reforço das medidas de proteção do rendimento das famílias: +626 M CVE

- RSI para 8.000 famílias: reforço de 93 milhões de CVE, a juntar ao montante inicial de 48 M CVE;
- Garantia de rendimento (rendimento emergencial): reforço de 86 M CVE, a juntar ao montante inicial de 97 M de CVE;
- RSO para 30.000 trabalhadores imobilizados pelas restrições de orden sanitária: 341 M CVE;
- A assistência alimentar imediata às famílias: 80 M CVE;
- Proteção social de 712 idosos (cuidados ao domicílio contratando 178 cuidadores e enfermeiros): 15 M CVE;
- Reforço de condições sanitárias nas Creches: 5 M CVE; e
- Apoio a estudantes deslocados: 2 M CVE.

### Adoção de medidas de proteção e promoção de postos de trabalho:

- Prorrogação do período de cofinanciamento de estágios profissionais de 6 para 8 meses e aumento da comparticipação do Estado: 289 M CVE;
- Fomento à contratação através de benefícios fiscais e comparticipação do Estado em 50% d salário: +70 M CVE;
- Incentivos diversos ao empreendedorismo jovem: 32 M CVE;
- Suspensão do contrato de trabalho (lay off) – uma média mensal de 11 mil trabalhadores com pagamentos de 155 M CVE por mês;
- subsídio de desemprego, em que até maio 1.064 processos foram tratados pelo INPS e pagos (5 M CVE);
- Formação e reinserção para a empregabilidade: 209 M CVE; e
- Apoio ao sector informar e na transição deste para o sector formal: 120 M CVE.



## POLÍTICAS AJUSTADAS ÀS NOVAS PRIORIDADES EMERGENTES:

### Medidas de apoio à liquidez para as empresas e as famílias

- Linha de financiamento disponibilizado pelo BCV: 400 M de euros;
- Acesso à moratória (moratória vigora de 1 de abril a 30 de setembro de 2020), até final de abril, registava-se 604 pedidos aprovados relativos a um total de 15.448 M CVE de valores das operações de crédito;
- Extensão prestações para pagamento de dívidas fiscais, incluindo de imposto sobre o valor acrescentado e retenção na fonte de imposto sobre o rendimento até 60 prestações
- Redução do pagamento dos fracionados de agosto de 30% para 10% da coleta do ano anterior e de 20% para 10% dos pagamentos dos fracionados de novembro: 977 M CVE;
- Redução do IVA para 10% no sector turismo - Estabelecimento Local: 379 M CVE;
- Prestação de garantias pessoais do Estado (Decreto-lei n.º 38/2020, de 31 de março);
- Refinanciamento das instituições de microfinanças, através dos bancos comerciais - linha de crédito bonificada no valor de 1.000 M CVE, com bonificação dos juros até 80% e a garantia da linha de crédito com aval do Tesouro (180 milhões de CVE).

### Outras Medidas

- Reforço das bases competitivas digitais e Aceleração das reformas da Governação Digital: 222 M CVE;
- Apoio às Câmaras Municipais na resposta à COVID-19: 125 M CVE;
- Reforço do programa de mitigação do ano agrícola 2019/2020: 172 M CVE; e
- Reforço dos instrumentos de resiliência: Fundo Nacional de Emergência; Fundo Soberano de Emergência, Fundo Soberano de Garantia; e
- Aceleração dos Investimentos Públicos, com destaque ao sector da água, transporte e TICs, bem como as reformas do sector empresarial :+2.215 M CVE.



## Financiamento da Despesa Pública:

